

# A Reaproximação do Brasil com Angola no Contexto da Nova Ordem Mundial

Humberto Francisco Madeira Mascarenhas\*

*Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

**A**s relações entre o Brasil e Angola remontam à época em que ambos pertenciam ao sistema colonial português. Essas relações, com ênfase no comércio, foram significativas para as duas colônias naquele período, mas desapareceram com a independência do Brasil, por deixarem de ser do interesse da metrópole portuguesa.

Em 11 de novembro de 1975 – Data Nacional de Angola – o governo brasileiro reativou suas relações com esse país, destacando-se por ter sido o primeiro Estado a reconhecer-lhe a independência; porém a intensidade das relações Brasil-Angola, em termos prá-

ticos, jamais chegou a corresponder à relevância conferida às afinidades, interesses e aspirações mútuas.

No início da década de 90, a projeção do Brasil no

concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional passaram a constituir-se em importante objetivo de governo. Assim, com o fim da



\* Major de Infantaria e Estado-Maior

Guerra Fria e o surgimento de expressivas modificações no quadro conjuntural angolano, o Brasil passou a implementar ações no sentido da reaproximação diplomática com Angola.

## ANGOLA – UMA VISÃO GERAL DO PAÍS

Ocupando uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup>, comparável à do estado do Pará, a República de Angola situa-se na costa ocidental da África Austral, limitando-se ao norte com o Zaire, a leste, com o Zaire e a Zâmbia e, ao sul, com a Namíbia. A oeste, defronta-se com seis estados do Nordeste brasileiro, pelo oceano Atlântico, a uma distância aproximada de 5.400 km de Recife.

Embora afastada das áreas mais desenvolvidas do mundo, sua posição relativa é valorizada pela proximidade da maior rota marítima comercial entre os países asiáticos, a Europa e a costa oriental das Américas.

Angola está dividida em dezoito províncias, sendo que a de Cabinda, onde se concentram as suas maiores reservas de petróleo, é um enclave separado do país entre o Congo e o Zaire, trazendo

do graves ameaças à sua integridade territorial.

O Estado angolano tem seus poderes organizados de forma clássica, com o Executivo, o Legislativo, e o Judiciário, e possui um sistema de governo parlamentarista, com um Executivo forte, na pessoa de seu presidente, José Eduardo dos Santos, no cargo desde 1979.

A população de Angola é de cerca de 10.500.000 habitantes, sendo constituída por várias etnias, e está concentrada, atualmente, nas maiores cidades, em decorrência da guerra. Para ser uma idéia, Luanda – a capital – abriga, hoje, quase três milhões de pessoas.

Apesar da diversidade de idiomas existentes em Angola, a língua portuguesa – idioma oficial – vem unindo os diversos grupos lingüísticos falados pela população, favorecendo a reaproximação com o Brasil, pela possibilidade de assimilação da cultura brasileira, através da língua comum entre os dois países.

O extrativismo mineral é a base da economia angolana, sendo o petróleo e o diamante, nesta prioridade, suas maiores riquezas. Angola compartilha com outros

países da África Austral a posse de grandes reservas de minerais necessários e carentes no Brasil, com destaque para o petróleo e o cobre.

Com um litoral de 1.640 km, assim como o Brasil, Angola é um país com grande maritimidade, destacando-se entre seus portos os de Luanda e Lobito. A proximidade geográfica entre os dois países, assim como a vocação marítima comum fazem do oceano Atlântico, antes que um obstáculo, um meio de aproximação física entre ambos.

## ANGOLA NO CONTEXTO DA NOVA ORDEM MUNDIAL

### Os Protagonistas da Guerra Fria – Antecedentes Históricos

Na década de 60, ocorreu na África uma onda de movimentos de libertação que levou quase vinte países a se tornarem independentes. Nessa mesma época, ocorriam, também, divergências sino-soviéticas quanto à forma de condução do Movimento Comunista Internacional (MCI). China e URSS passaram, assim, a disputar a primazia do apoio

aos movimentos africanos. Os soviéticos saíram em vantagem nessa disputa, apoiando o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), de Agostinho Neto, e comprometendo-se com o mesmo de forma nunca vista até então.

Os Estados Unidos, por terem como tradicionais aliadas as potências colonizadoras, abstiveram-se de intervir num primeiro instante.

Nesse contexto, além do MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto, dentre outras facções de menor importância, atuava contra as forças coloniais portuguesas.

Em 1966, Jonas Savimbi, dissidente da FNLA, fundou a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), passando a ser apoiado pela China e acirrando a disputa sino-soviética pela liderança e hegemonia do Movimento.

Em 1975, obtida a independência, o conflito tomou outro rumo, deixando de ser uma “Guerra de independência” e tornando-se uma guerra civil pela tomada do Poder entre o MPLA, a UNITA, e a FNLA. O MPLA, então, assumiu o governo e firmou um “Tra-

tado de Cooperação e Amizade” com a URSS. No ano seguinte, após a morte de Mao Tsé Tung, a China retirou-se do conflito, fazendo com que os Estados Unidos passassem a apoiar ostensivamente a UNITA, visando a manter o equilíbrio na região.

Em 1977, concluindo a sua socialização, o MPLA declarou-se oficialmente marxista-leninista, passando a circular definitivamente na órbita dos países orientados pela União Soviética.

A guerra civil prosseguiu até 1988, a essa altura, já com a intervenção de tropas cubanas e sul-africanas, respectivamente, a favor do MPLA e da UNITA, e endossadas pela URSS e pelos Estados Unidos.

### **Influências da Nova Ordem nas Relações Brasil-Angola**

Pode-se dizer que o fato histórico que marcou o surgimento de uma nova organização e relacionamento entre as nações, conhecido por Nova Ordem Mundial

(NOM), foi a “queda do Muro de Berlim”, em 1989, assinalando o fim da Guerra Fria. As conseqüências da NOM sobre Angola não podem ser vistas de maneira isolada; deve-se verificar, também, os seus efeitos sobre a Namíbia e a África do Sul, devido à influência direta que esses países, ainda hoje, exercem sobre Angola.

A situação da África Austral<sup>1</sup> modificou-se radicalmente no período de 1988 a 1989, antes mesmo da unificação da Alemanha. Do ponto de vista diplomático, o marco histórico dessas transformações foram o Protocolo de Brazzaville e os Acordos de Nova York, assinados em dezembro de 1988. Em virtude desses entendimentos, a África do Sul retirou suas tropas de Angola. Cuba começou a retirada de seus contingentes, seguindo um cronograma definido, e a Namíbia viu iniciar-se a implementação do processo de sua independência, obtida a 21 de março de 1990.

O desdobramento desses acordos fez surgir três as-

<sup>1</sup> África Austral: espaço geográfico quase tão extenso quanto o do Brasil, que engloba os dois mais importantes países de língua portuguesa da África — Angola e Moçambique. Dela também fazem parte os seguintes países: Zâmbia, Zimbábue, Malawi, Botsuana, Lesoto, Suazilândia, Tanzânia, África do Sul e Namíbia.

pectos decisivos e de importância fundamental para a África Austral: o início do processo de paz em Angola; a independência da Namíbia e a unificação regional de esforços contra o regime de segregação racial (apartheid) da África do Sul.

A evolução desses aspectos levou, por conseguinte, às seguintes conseqüências em Angola:

- fim do apoio externo ostensivo às facções que, posteriormente, continuariam em luta – MPLA e UNITA;

- condução de Angola a um socialismo democrático, a partir do rompimento dos laços privilegiados do MPLA, partido governante, com a ex-URSS, entre 1990 e 1992;

- início do pluripartidarismo em Angola, com a transformação da UNITA em partido político e com a realização de eleições populares pela primeira vez no país, em conseqüência do Acordo de Paz de Bicesse, em maio de 1991;

- surgimento da possibilidade de obter-se a estabilidade em Angola, em virtude da profunda modificação da política externa da África do Sul, que antes se fazia no sentido de desestabilizar

a região, tomando novo rumo a partir da eleição do Presidente De Klerk;

- gradual reforma econômica de tendências liberais, passando a atrair o investimento de países do antigo bloco capitalista;

- abertura militar para o Ocidente, com a formação de novas Forças Armadas, receptivas a outras doutrinas e equipamentos;

- ressurgimento do interesse das antigas metrópoles colonizadoras que, através de suas multinacionais, passaram a intensificar seus investimentos em Angola e, simultaneamente, pelas ações das diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), com apreciável influência nas decisões do governo angolano;

- maior integração regional, incluindo-se a África do Sul, após o fim do “apartheid” e a partir das eleições plurirraciais ocorridas em 1994.

Certamente, essas mudanças deverão refletir-se de maneira positiva nas relações Brasil-Angola, favorecendo-as pelas razões a seguir:

- o estabelecimento da paz permitirá a retomada de obras e de empreendimentos

brasileiros, ainda paralisados;

- as transformações do modelo econômico angolano, segundo os padrões capitalistas, possibilitarão a Angola o acesso a financiamentos de organismos internacionais, criando oportunidades para que novas empresas brasileiras, carentes de recursos financeiros, participem da concorrência para a reconstrução daquele país;

- deverá ocorrer uma revitalização econômica da África Austral, pela ação dos organismos regionais africanos e pela recuperação da infra-estrutura necessária, a exemplo do corredor de exportação de Lobito, que liga Angola ao Zaire e, a partir daí, a vários outros países da África Austral, chegando ao oceano Índico;

- o rompimento dos laços privilegiados com a ex-URSS, que permitirá a Angola uma política externa independente, sem interferências e isenta do componente ideológico, simplificando o seu relacionamento com o Brasil; e

- a visível tendência de democratização de Angola, que passará a identificar-se melhor com os princípios da política externa brasileira.

Dessa forma, fica evidente que, por efeito dos reflexos positivos nas relações entre o Brasil e Angola, estão-se reduzindo os óbices ao adensamento das relações diplomáticas entre os dois países e surgindo um novo quadro, francamente favorável à reaproximação dos dois governos.

### AS RELAÇÕES POLÍTICAS BRASIL-ANGOLA

A África atlântica, pela sua proximidade geográfica e pelos seus laços étnico-culturais e históricos, sempre foi uma prioridade para o Brasil, cuja política em relação à África dá relevância aos países de expressão portuguesa, com especial destaque para Angola, *“a mais rica das colônias portuguesas e hoje país com maior potencial de desenvolvimento da África”*.<sup>2</sup>

Somente no período compreendido entre 1974 e 1979, entretanto, é que o Itamaraty logrou romper com a longa tradição de apoio ao colonialismo português. O marco dessa nova

política em relação a Angola ficou muito bem caracterizado por ocasião do reconhecimento de sua independência, em 1975, mesmo antes da ex-URSS, admitindo o MPLA como o partido do Governo e legítimo representante do povo angolano.

Durante os anos 80, até à paz assinada em Bicesse, o Brasil adotou sempre posições de inequívoca condenação aos ataques sul-africanos contra Angola, incentivando a promoção de uma solução pacífica para o conflito.

O apoio brasileiro a Angola, até a assinatura do Protocolo de Lusaka, traduziu-se por insistentes gestões junto à ONU, para que fossem respeitados os resultados das últimas eleições de 1992, consideradas “livres e justas” por aquela Organização, e para que se imputasse à UNITA a responsabilidade pelo prosseguimento da guerra.

Após a assinatura do Acordo de Lusaka, em novembro de 1994, o Brasil tem acompanhado de perto o seu efetivo cumprimento, defendendo a grande necessidade da permanência da ONU em Angola e fazendo questão da participação bra-

sileira na Força de Paz que auxiliará a implementação do processo de paz em andamento.

O Presidente José Eduardo dos Santos, que esteve em visita oficial ao Brasil em 1995, retratou a relevância que Angola atribui à intensificação das relações diplomáticas com o Brasil, tendo manifestado na ocasião a preocupação de seu governo em promover maior autonomia, particularmente, econômica e comercial em relação a Portugal – ex-metrópole – e à África do Sul – potência regional.

Naquela ocasião foi firmado entre os dois países um Memorando de Entendimentos que ratificou o interesse comum em aprofundar a cooperação bilateral e o relacionamento econômico mútuo.

A atual política brasileira com relação a Angola prossegue, observando os princípios de respeito à soberania, de autodeterminação dos povos, de aproximação regional e de preservação de paz, os quais, dentre outros, estão em absoluta conformidade com o artigo 4º da Constituição Brasileira de 1988.

Acredita-se, dessa forma, serem perfeitamente possí-

<sup>2</sup> Resek, José Francisco. Ministro das Relações Exteriores. Palestra realizada na Universidade de São Paulo em 9 de outubro de 1990.

veis avanços significativos nos espaços a serem ocupados pelo Poder Nacional Brasileiro em Angola, processados sem interesses hegemônicos e com vantagens recíprocas.

## ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM ENTRE OS DOIS PAÍSES

### Campo Político

#### *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CLPL)*

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe compõem o grupo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que, juntamente com o Brasil e Portugal, formam a CLPL – instituição com objetivos práticos visando à articulação política, à cooperação econômica, técnica e tecnológica e ao estímulo do intercâmbio comercial e empresarial entre os países membros.

Para o Brasil, estrategicamente, a consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa visa à criação de um espaço lusófono na África, tendo

por base Angola, por tratar-se do país africano de língua portuguesa de maior potencial econômico, estar localizado na África Atlântica Austral e ser o país mais adequado à projeção do Poder Nacional Brasileiro fora do continente americano.

Uma constatação que deve ser levada em alta con-

**Para o Brasil, estrategicamente, a consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa visa à criação de um espaço lusófono na África, tendo por base Angola, por tratar-se do país africano de língua portuguesa de maior potencial econômico, estar localizado na África Atlântica Austral e ser o país mais adequado à projeção do Poder Nacional Brasileiro fora do continente americano.**

ta na perspectiva de consolidação dos projetos da CPLP e da reaproximação do Brasil com Angola é a de

que ao final de 1994 todos os PALOP já haviam realizado suas primeiras eleições presidenciais, demonstrando uma grande evolução democrática e de pacificação.

#### *O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)*

O Brasil busca apoio internacional através de uma política externa mais participativa nos problemas atinentes à ONU e vê em Angola, por integrar vários organismos regionais africanos – OUA<sup>3</sup>, SADC<sup>4</sup> e Países da Linha de Frente<sup>5</sup> – e, portanto, com considerável peso específico no continente, um aglutinador de grande número de países da África Negra a favor da pretensão brasileira. O presidente angolano declarou apoiar a iniciativa brasileira, por considerar que Brasil e Angola têm muitas aspirações comuns junto à comunidade internacional.

<sup>3</sup> OUA, Organização da Unidade Africana, possuindo cinquenta países-membros.

<sup>4</sup> SADC, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, com onze países-membros e pertencendo a Angola o Secretariado Geral da Organização.

<sup>5</sup> Países da Linha de Frente, organismo destinado a integrar a economia da África Austral, protegendo os seus membros contra a influência econômica da República da África do Sul (RAS).

***A Zona de Paz e  
Cooperação do Atlântico  
Sul (ZPCAS)***

Em 1984, por idéia originária do Brasil, foi aprovada a Resolução da ONU que declarou o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação.

Em 1994, o Presidente José Eduardo dos Santos transmitiu ao governo brasileiro que espera, dentro das relações bilaterais com o Brasil e por intermédio da cooperação no Atlântico Sul, um maior equilíbrio na África Austral, a fim de contrabalançar a força de atração ainda exercida por Pretória sobre aquela região.

Esse pedido também expressa o desejo de outros países da Linha de Frente, organismo regional que contém no bojo de seu estatuto a preocupação diante da asfixia causada pela pujante economia sul-africana.

**Campo Militar**

***A cooperação militar***

Haja vista o período de paz que se aproxima, o Comando das FAA deu a mais alta prioridade ao aperfeiçoamento de seus recursos humanos e pretende complementar a formação de seu

pessoal em escolas militares clássicas, uma vez que a maior parte destes foi formada em combate. Assim, desde 1995, dezenas de militares angolanos passaram a frequentar os mais diversos cursos em estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro.

Outra iniciativa de grande significado do governo brasileiro no setor da cooperação militar foi a abertura de uma aditância das Forças Armadas em Luanda, a qual foi instalada em 1<sup>o</sup> de fevereiro de 1995.

É fundamental, portanto, que o Brasil mantenha o apoio à formação dos quadros militares angolanos, apesar do ônus adicional que tem recaído sobre o Exército, a fim de que se possa dar o respaldo do segmento militar à consecução dos objetivos da política externa brasileira.

A presença de nossas Forças Armadas em Angola, através de sua aditância, seguramente deverá reforçar e facilitar os aspectos políticos e econômicos da reaproximação entre os dois países.

***O contingente brasileiro  
para a UNAVEM III  
(COBRAVEM)***

O contingente brasileiro é constituído por representantes das três forças singulares e possui um efetivo de 1.040 militares.

A excelência de seu desempenho operacional tem causado muito boa impressão nos demais países representados naquela Missão<sup>6</sup>. Assim, o profissionalismo de nosso Exército, retratado pela eficiente atuação do COBRAVEM, além da ótima qualidade dos equipamentos com que está dotado, transmite aos outros países uma imagem de respeito, configurando, a rigor, um exemplo de ação estratégica da projeção de poder, contida na estratégia de segurança do Exército Brasileiro<sup>7</sup>.

***O material de emprego  
militar (MEM)***

A África constituiu-se em um mercado em potencial para armas convencionais, uma vez que ainda ocorre ali grande número de conflitos regionais. O Brasil tem sido

<sup>6</sup> Fonte: Bhering, Márcio Cardoso. Brigadeiro do Ar, 3<sup>o</sup> Subchefia do EMFA

<sup>7</sup> estratégia de segurança do Exército, Conceito de. — ECEME, C-124-1, (Estratégia-anteprojeto) pág. 2-19 e 2-20.

um dos exportadores de MEM para Angola mas, presentemente, não o está mais fazendo devido à cláusula "Triplo Zero" do Protocolo de Lusaka, que proíbe a aquisição desse tipo de material pelas partes.

O bom desempenho do nosso MEM deverá proporcionar acesso ao grande mercado potencial africano que, por suas características, se apresenta como uma alternativa para a venda de armamentos de menor nível de sofisticação, abrindo outras perspectivas para a indústria nacional de armas, hoje em grande dificuldade financeira.

### Campo Econômico

#### *A dívida externa angolana para com o Brasil*

A dívida angolana para com o Brasil é de aproximadamente US\$ 950 milhões, e vinha sendo amortizada com pagamento em petróleo. A partir de 1993, o governo angolano, que vinha se esforçando para manter o cronograma de entrega de petróleo, apesar dos percalços da guerra, deixou de fazê-lo, levando o Brasil a

solicitar a renegociação da dívida já vencida de US\$ 436 milhões<sup>8</sup>.

A recente visita do presidente angolano ao Brasil, no entanto, conferiu respaldo político à solução do problema, encerrando um impasse que durou quase dois anos.

#### *O comércio entre os dois países*

A fim de estimular o comércio entre os dois países, pelo recente Memorando para o reescalamento do pagamento da dívida angolana, o Brasil comprometeu-se a destinar 45% dos pagamentos a serem recebidos como amortização da dívida para financiar novas exportações brasileiras de bens e serviços priorizados pelo governo de Angola.

Além do exposto, no atinente à melhoria do comércio, pode-se fazer conjecturas bastante otimistas em decorrência do estabelecimento da paz em Angola pelas razões a seguir:

- instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Africano de

Desenvolvimento, que até então recusavam-se a aprovar empréstimos devido à inexistência de condições para que Angola cumprisse qualquer plano econômico, deverão passar a fazê-lo;

- o governo angolano deverá aumentar a sua capacidade de gerar recursos ao reassumir as áreas produtoras de diamantes, que se encontravam, na sua quase totalidade, de posse da UNITA desde 1993; e

- os recursos orçamentários, antes voltados para a aquisição de materiais de defesa, deverão ser destinados à importação de alimentos e de produtos industriais para garantir o abastecimento do mercado interno.

Vislumbra-se, também, num cenário melhor e a médio prazo, em que os custos dos fretes marítimos para Angola deverão baratear, a partir da recuperação e restabelecimento do corredor de exportação do porto de Lobito, o qual permitirá a rearticulação dos sistemas de transportes dos países mais importantes da África Austral, propiciando ao Brasil melhores condições para a intensificação de seu comércio com os demais países daquela parte do continente africano.

<sup>8</sup> Acordo Para Renegociação de Dívida da República Federativa do Brasil com a República de Angola, Art. 1, pág. 2.



## Campo Social

### *A influência cultural brasileira*

A influência cultural brasileira em Angola está concentrada nas grandes cidades, sendo resultado da música e do grande número de programas brasileiros de televisão<sup>9</sup> que têm a incontável preferência do público angolano.

Brasil e Angola mantêm, também, em execução um projeto de apoio a estudantes universitários angolanos – cerca de cento e cinquenta por ano – que freqüentam universidades brasileiras e são custeados por bolsas de estudo dos dois governos. Além disso, o presidente das Organizações Globo colocou à disposição da TV estatal de Angola os programas didáticos – telecursos – da Fundação Roberto Marinho, que poderão constituir-se em valioso instrumento para a melhoria da educação do povo angolano.

Diante do exposto, pode-se inferir que o projeto dos bolsistas angolanos, bem como as outras iniciativas afins, almejam a formação da futura elite da sociedade angolana, o fortalecimento dos laços culturais e a intensificação do relacionamen-

to entre os dois países, dando-lhe um aspecto mais duradouro.

### **PERSPECTIVAS ECONÔMICAS BRASIL-ANGOLA**

A partir de 1991, Angola criou a Lei de Mineração, incluindo medidas como o fim do monopólio estatal, concessões às companhias estrangeiras, além de incentivos fiscais. A referida lei tem procurado inserir Angola no modelo do novo ordenamento econômico mundial, e isso, certamente, criará excelentes condições para novos investimentos nesse setor, no qual o Brasil detém vasto “know-how”. Além disso, a reconstrução do país constituir-se-á em vasto mercado de trabalho, pelo qual muitos países e empresas disputarão acirradamente.

### **As Empresas Brasileiras em Angola. Projetos e Perspectivas**

#### *O setor de mineração*

Em 1986, Angola reorganizou sua indústria de dia-

manentes, passando a contratar serviços de várias empresas estrangeiras especializadas. Dessa forma, a partir de 1991, a companhia brasileira Norberto Odebrecht, que iniciou como prestadora de serviços ao governo angolano, tornou-se acionista de um dos maiores projetos de exploração de diamantes do país, denominado Projeto Luzamba<sup>10</sup>. O referido empreendimento localiza-se no vale do rio Cuango, na província da Lunda Norte, onde se concentram 77% da produção angolana. Entretanto, desde o fim de 1992, as atividades da Odebrecht encontram-se paralisadas pelas interferências da UNITA.

Recentemente, foi descoberta outra grande região diamantífera, na localidade de Catoca, Lunda Sul, e a companhia brasileira associou-se a duas outras mineradoras estrangeiras para a exploração da nova jazida.

Da mesma forma, a construtora Andrade Gutierrez deverá iniciar, em breve, a exploração de duas minas de ouro em M’Popo, província de Huíla, e empenha-se na obtenção de novas conces-

<sup>9</sup> Fonte: Ribeiro, Ubiratan. Gerente Comercial da Rede Globo de Televisão

<sup>10</sup> Fonte: Angola Contry Profile. The Economist Intelligence Unit – 1994 e 1995.

sões para a exploração do setor mineral.

### *O setor petrolífero*

As multinacionais do petróleo, dentre elas a BRASPETRO, são atraídas para Angola, pela sua geologia promissora, bons índices de produção, baixos custos de operação e incentivos fiscais. A estatal brasileira hoje faz a prospecção e a exploração de petróleo na plataforma continental da província do Zaire, contando com seis campos em atividade e uma produção de aproximadamente 63.000 barris/dia. Para o segundo semestre de 96, em consequência da reativação de outros seis campos, parados por causa da guerra, prevê-se o aumento para 100.000 barris/dia.

As perspectivas de ampliação dos negócios da BRASPETRO direcionam-se para o aproveitamento de gás natural, conforme negociações já em andamento com a SONANGOL – a estatal angolana de petróleo.

A aquisição do direito de exploração de novas áreas junto às outras multinacionais, por sua vez, possibilitaria à BRASPETRO aumentar sua produção em Angola, podendo, também, cons-

tituir-se em uma solução para a manutenção de reservas de petróleo fora do território brasileiro, a fim de enfrentar eventuais desabastecimentos internos, provocados por paralisações no setor.

### *O setor hidrelétrico e Furnas Centrais Elétricas*

Desde 1983, o Brasil, através da ELETROBRÁS, mantém um Acordo de Cooperação com o governo angolano para assessorá-lo no tocante ao gerenciamento da construção da usina hidrelétrica de Capanda. Para isso, foi designada Furnas Centrais Elétricas<sup>11</sup>, a qual, a partir de 1992, suspendeu seus trabalhos, após a invasão da hidrelétrica de Capanda pelas tropas da UNITA.

Face à construção, por Furnas, do enorme potencial hidrelétrico existente no rio Kwanza, entre a represa de Capanda e a sua foz, o governo de Angola encontra-se avaliando uma proposta brasileira para a construção de várias pequenas centrais hidrelétricas (PCH) nesse trecho do rio, princi-

palmente por tratar-se de um projeto de magnitude ajustável à disponibilidade financeira do país. Além disso, também são grandes as chances de a empresa brasileira assumir um outro projeto, o de operação e manutenção do sistema de energia elétrica angolano, para o qual já existem verbas do Banco Mundial alocadas.

Por outro lado, o presidente Samuel Nujoma, da Namíbia, também manifestou interesse na contratação de empresas brasileiras para a construção de uma hidrelétrica de grande porte no rio Cunene, na fronteira daquele país com Angola. Para a execução de tal empreendimento, avulta a importância da participação angolana, por tratar-se de um rio limítrofe, implicando no aval dos dois governos. As excelentes relações do presidente Dos Santos com o presidente Nujoma e de ambos com o Brasil ensejam a efetivação de mais essa obra.

### *O setor de construção civil*

O complexo hidrelétrico de Capanda é a maior obra

<sup>11</sup> Fonte: Oliveira, Paulo Roberto C. C. de. Assessor de Comercialização de Serviços de Furnas — entrevista realizada em setembro de 1995.

civil no setor de infra-estrutura em Angola.

A Construtora Norberto Odebrecht<sup>12</sup> (CNO), responsável pela construção da barragem, já investiu mais de US\$ 900 milhões na execução do projeto, e se mobiliza para reiniciar a obra em 1996, uma vez que a mesma se encontra paralisada, por efeito da guerra.

A Construtora Andrade Gutierrez, por sua vez, ganhou uma licitação internacional, para a construção do porto comercial de Cabinda, e aguarda a ratificação do contrato pelo Conselho de Ministros de Angola para o início das obras.

Constituem, também, importantes empreendimentos brasileiros em Angola: a recuperação do sistema de tratamento de água na capital do país; a urbanização de um bairro de classe média em Luanda; o apoio logístico à UNAVEM III, além da criação de empresas angolanas com capital da iniciativa privada brasileira, visando a facilitar futuras concorrências para a execução de obras em Angola.

Acresça-se a tudo isso que várias empresas brasi-

leiras aguardam a consolidação da paz para incrementar outras obras para a reconstrução do país.

Percebe-se, portanto, que a participação do empresário brasileiro em Angola é cada vez mais expressivo, consolidando-se, dessa forma, a reputação internacional das empresas brasileiras, particularmente, pela sua versatilidade e ótimo desempenho.

### CONCLUSÃO

À medida que cresce a dimensão estratégica do Brasil, amplia-se, também, a importância dos fatores externos na identificação e no estabelecimento de seus objetivos nacionais.

As relações internacionais revestem-se hoje de grande complexidade, com um novo ordenamento mundial ainda difuso quanto à configuração final. A avaliação dessa conjuntura leva o Brasil a identificar áreas estratégicas no exterior, atuais ou potenciais, com capacidade de influir sobre a Política Nacional. É nesse contexto que se insere Angola.

Do estudo do “espaço” angolano, depreende-se que a sua relevância geopolítica e estratégica para o Brasil fica sobremaneira salientada. Aspectos como a posição relativa no Atlântico Sul, a possibilidade de articular-se com toda a África Austral – chegando-se até ao oceano Índico – e a sua proximidade geográfica com o Brasil fazem de Angola o foco central da projeção do Poder Nacional Brasileiro no continente africano.

Evidencia-se, portanto, o grande significado de Angola para o Brasil, por sintetizar, ao mesmo tempo, os interesses brasileiros pela África atlântica, pela África austral e por ser o PALOP de maior perspectiva de crescimento econômico, em razão de seu vultoso potencial em recursos naturais.

Sob um enfoque mais ambicioso, pode-se inferir que Angola não constitui apenas o objetivo final da política brasileira para o continente africano, mas é, antes de tudo, a base fundamental que possibilitará a integração do Brasil com toda a África Austral.

Em relação ao Atlântico Sul, o Brasil – maior potência regional – ao aceitar o desafio angolano de assumir

<sup>12</sup> Fonte: Sant’Anna, Jarbas Miranda. Gerente comercial da CNO para a África Austral.

uma posição como pólo de atração para o equilíbrio daquela região africana, terá a oportunidade de aumentar a sua projeção e o prestígio internacional, por demonstrar ao mundo a sua capacidade de empreender tal ação.

A importância política de uma cultura portuguesa comum parece, também, estar sendo finalmente reconhecida e explorada pelo Brasil, uma vez que se observa o esforço na melhoria dos laços culturais com Angola por intermédio da CPLP. Essa importância, já há muito reconhecida e utilizada pelas grandes potências, deve-se à possibilidade de concretização da solidariedade política dos países de língua portuguesa, diante de eventuais antagonismos com outras nações.

As relações diplomáticas do Brasil com Angola fundamentavam-se, predominantemente, no apoio político internacional às questões angolanas e, em menor escala, no apoio econômico, militar e psicossocial. Essa conduta, excessivamente prudente em função das cir-

cunstâncias da guerra, caracterizava-se pelo seu baixo custo financeiro e forte impacto político, mas com a chegada da paz deverá ser modificada pela grande valorização dos aspectos econômicos, técnicos e sociais necessários à reconstrução daquele país.

As limitações econômicas brasileiras impõem condicionantes desfavoráveis a sua política estratégica no sentido da reaproximação com Angola. Torna-se, assim, mais um desafio ao País em conceber ações que minimizem essa adversidade, a fim de que se conquiste aquele objetivo.

A velocidade com que se modifica o cenário angolano exige do Brasil um constante acompanhamento, a manutenção de atitudes coerentes e pragmatismo diplomático, a fim de implementar-se, no momento adequado, uma política dinâmica e eficaz que promova vantagens econômicas e comerciais aos dois países, atraindo, cada vez mais, a participação da iniciativa privada.

Essa alteração de cenário parece estar se configurando, através da evolução do regime político-econômico de Angola, da assinatura do Protocolo de Lusaka, do envio de “capacetes azuis” – passo que nos acordos anteriores não havia sido concretizado – e da progressiva estabilidade que vem sendo implantada na África austral.

As atitudes recentemente adotadas pelo governo brasileiro, tais como o refinanciamento da dívida vencida, a proposta de mecanismos para gerar novos créditos, a cooperação militar e a retomada da participação da iniciativa privada demonstram o firme propósito do Brasil em participar da reconstrução de Angola.

O Brasil não pode deixar de participar desse momento crítico e histórico vivido por Angola, sob pena de perder o lugar privilegiado junto àquele país, que se afirma em busca do soerguimento econômico, da consolidação de sua independência e da soberania plena.